

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA COMISSÃO II DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.953.939/0001- 73, com sede na Rua Desterro nº56 quadra 123, Primavera, Rosana/SP –CEP: 19.274-000, neste ato representada por seu sócio administrador Kisley Loureiro de Araujo, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº2001001044138-A, inscrita no CPF sob o nº 052.496.264-24, domiciliado profissionalmente no endereço acima informado, interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 0047/2021**, cujo objeto trata de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, ACOMPANHANTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

**DOS FATOS**

O Pregão Eletrônico nº 00047/2021, para registro de preços para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, ACOMPANHANTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ.

O certame teve seu aviso disponibilizado no sítio de internet do Município no dia 17 de julho de 2021 conforme se observa no link <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=362>, com data designada para o dia 03 de agosto de 2021 e horário de abertura para às 10:00 horas.

Trata-se de publicação de valores vultuosos, que pela estimativa apresentada pela Prefeitura alcança o valor de R\$ 9.148.063,55 (nove milhões, cento e quarenta e oito mil e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

### **DAS IRREGULARIDADES NA PUBLICAÇÃO DO ATO**

Diz a Lei de Pregão (Lei 10.520/2002) em seu artigo 4º que:

***Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:***

***I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;***

***V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;***

Assim, conforme o dispositivo legal, é obrigatório o cumprimento do seguinte regramento, publicação no diário oficial ou jornal de circulação local e conforme o vulto em jornal de grande circulação.

Ocorre que o referido ente municipal, não vem promovendo a publicação em diário oficial tampouco em jornal de circulação local, fazendo suas publicações apenas por meio eletrônico e por jornal de grande circulação, ferindo deste modo diversos princípios basilares aos certames licitatórios, a começar pelo princípio da legalidade, eis que tal procedimento fere de morte a Lei.

Em verdade, se analisarmos o art. 37 da Constituição da República c/c o art. 3º da Lei 8.666/93, pela prática adotada pelo Município, faltarão páginas para descrevermos todos os princípios que foram desprezados pela forma de publicação adotada, entre eles, legalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade...

Não cabe aqui, dizer que o Município tem Lei que regulamenta seus atos através de Diário Oficial Eletrônico, eis que conforme insculpido no art. 22, XXVII da Constituição Federal a competência para normas gerais de licitação é de competência privada da União:

**Art. 22 – compete privativamente à União legislar sobre:**

**XXVII – Normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades para as administrações públicas diretas, autarquias e fundacionais, obedecido o disposto no art. 37, XXI e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.**

E o Município está ciente disso, tanto que em 12 de julho de 2021, através do Pregão Presencial 09/21, promoveu a licitação para Contratação de Imprensa para prestação de serviço de publicação de Atos Oficiais e demais matérias obrigatórias da Administração Pública do Município de Nova Friburgo em jornal local de circulação diária no Município de Nova Friburgo quando necessário, sagrando-se vencedora a empresa **Editora Nova Friburgo Ltda pelo menor valor unitário de R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos), totalizando o valor de R\$ 176.640,00 (cento e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais)**, como pode se conferir pelo link do portal de transparência do Município : <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=370>.

Ainda que haja discussão e até a aceitabilidade da eleição pelo ente municipal da publicação de seus atos por meio de Diário Oficial Eletrônico, o TCU em julgado já disciplinou que para aceitação de tais atos os mesmos devem seguir protocolos de segurança, vejamos:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Tribunal de Contas, reunidos em sessão plenária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, responder ao consulente que:

**1) é possível, desde de que prevista em lei municipal, a publicação dos atos oficiais dos municípios exclusivamente em meio eletrônico, ressalvados os casos em que lei especial exija a publicação em veículo impresso de grande circulação, observadas as seguintes diretrizes:**

1.1) as publicações em meio eletrônico devem estar hospedadas em sítio eletrônico de fácil acesso à população; além de divulgar amplamente o sítio eletrônico em que a publicação de seus atos oficiais está hospedada, o município deve também assegurar-se de que o acesso às referidas publicações não requer a utilização de sofisticados



**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

recursos tecnológicos, de modo a **dificultar ou a cercear o acesso de toda a população;**

**1.2) as publicações em meio eletrônico devem ter sua idoneidade e integridade asseguradas por tecnologia de certificação digital, como a disponibilizada por meio da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil;**

**2) é possível, desde que prevista em lei municipal, a publicação dos atos oficiais dos municípios em diário próprio nos casos em que haja diário local de circulação comprovada por auditoria do renomado IVC (Instituto Verificador de Circulação) ou ainda por auditor independente de comprovada idoneidade.**

Integraram o quorum os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, HEINZ GEORG HERWIG e CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES e o Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO. Presente o Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ELIZEU DE MORAES CORREA. Sala das sessões, 19 de março de 2009. SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA - Relator. HERMAS EURIDES BRANDÃO – Presidente."

Em breve verificação, nota-se que as publicações não guardam tais certificações, não são assinados digitalmente, ou seja, carecem de idoneidade e integridade, fato esse insuperável, segundo parecer do TCU.

Pergunta-se ainda, as publicações municipais são comprovadas por auditoria do IVC ou por auditor independente de comprovada idoneidade?

Ainda quanto à publicação, verifica-se no sítio do município, link <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=362>, que a publicação do certame se deu no dia 19/07/2021, porém quando verificado o malfadado Diário Oficial Eletrônico do Município, não se encontra tal publicação! E assim não se pode ter com clareza se o aviso foi ou não publicado em tempo hábil, para tanto traz o Impugnante o link do dia 19 de julho de 2021, bem como em anexo as publicações baixadas do sítio de internet daquele dia.

<https://plenussistemas.dioenet.com.br/public/uploads/diarios/2021/07/761c3489026637937c0bc555d6967156.pdf>

Isso registrando-se ainda que o Diário é uma verdadeira balburdia, constando vários dias duplicados, o que por certo dificulta ou cerceia o acesso as informações. Só para citar existem dois diários para o dia 28/07/2021, dois para o dia 27/07/21, dois para o dia 23/07/2021, dois para o dia 16/07/21 e segue...

Repisa-se neste momento a necessidade do Município rever seus atos, eis que diversos diplomas legais estão sendo inobservados, como dito alhures, não cremos que tais atos sejam por falta de lisura dessa competente Comissão de Pregão, mas a manutenção dos mesmos, caso assim se decida, poderá ensejar sanções e imputação de má-fé, embora estejamos certos que o Edital em comento, será republicado e corrigido nas suas falhas.

### **DA INADEQUAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS PARA O SERVIÇO CONTÍNUO QUE SE PRETENDE CONTRATAR**

Serviços continuados, segundo a Instrução Normativa SEGES nº 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia), são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Embora o TCU autorize a utilização do Registro de Preços para serviço de natureza continuada, aquela Corte elaborou parâmetros para sua utilização:

***“Após exame detalhado da questão, com as devidas vênias do Parquet e da secretária em exercício da Serur, alinho-me ao exame empreendido pela auditora da unidade técnica, pelos motivos que passo a expor.***

***Preliminarmente, registro que é pacífico no âmbito desta Corte e do Judiciário que o sistema de registro de preços, antes restrito a compras, pode ser utilizado na contratação de prestação de serviços, notadamente em face das***





**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

*modificações normativas introduzidas pela Lei nº 10.520/2002.*

*Um dos impedimentos apontados pelas instâncias precedentes para utilização do SRP para contratação de serviços contínuos é a possibilidade de mensuração, no caso concreto, dos quantitativos a serem contratados. Isso resultaria em não enquadramento da situação de fato à condição estabelecida no inciso IV do decreto normatizador do sistema.*

*Para melhor compreensão do assunto, transcrevo o artigo 2º do Decreto 3.931/2001, que regula o SRP na esfera federal:*

*Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:*

*I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;*

*III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e*

*IV – quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

*Uma das hipóteses delimitadas no citado dispositivo aduz que o SRP deve ser preferencialmente adotado nos casos em que o montante a ser contratado não puder ser definido antecipadamente.*

*É fato que os serviços de natureza continuada devem ser objeto de programação tal que permita a definição prévia dos quantitativos a serem contratados e, portanto, em regra não se enquadram na exigência disposta no inciso IV transcrito acima. Entretanto, não vejo óbices para que eventuais contratações atendam a um dos demais incisos do referido dispositivo, pois a subsunção da situação de fato a apenas uma dessas condições pode tornar regular a utilização do sistema de registro de preços.*

*A proibição apenas em razão de não haver incerteza nos quantitativos a serem contratados resultaria em interpretação tal que condicionaria a adoção do registro de preços aos casos de preenchimento cumulativo de todas as hipóteses elencadas no artigo 2º do Decreto, o que*

*considero limitar o SRP excessivamente e extrapolar os limites legalmente estabelecidos.*

*Vislumbro a importância da utilização do SRP nos casos enquadrados no inciso III, por exemplo, onde, a partir de uma cooperação mútua entre órgãos/entidades diferentes, incluindo aí um planejamento consistente de suas necessidades, a formação de uma ata de registro de preços poderia resultar em benefícios importantes. Também nos casos de contratação de serviços frequentemente demandados, **MAS QUE NÃO SEJAM NECESSÁRIOS ININTERRUPTAMENTE**, a ata poderia ser uma solução eficaz e que se coaduna com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos (grifei) (Acórdão nº 1.737/2012 – Plenário, Processo nº 016.762/2009-6, Rel. Min. Ana Arraes).*

Entre os parâmetros, o cerne da inadequação para o presente certame, ocorre exatamente na afirmação “**MAS QUE NÃO SEJAM UTILIZADOS ININTERRUPTAMENTE**”. Ora, trata-se de serviço de alimentação de pacientes, serviço este que não pode ser interrompido sob quaisquer hipóteses. Como imaginar um nosocômio funcionando sem a adequada alimentação, podemos afirmar que, em muitos casos, a alimentação hospitalar parte é do tratamento disponibilizado aos internos, seria o caos interromper um serviço dessa importância.

Não há aqui espaço para se afirmar que é uma questão de impossibilidade prévia do quantitativo a ser demandado, esta impossibilidade, **citada no julgado, traduz-se na impossibilidade de previsão do número de demandas ao fornecedor registrado durante o prazo de validade da ata de registro de preços e não na indefinição do quantitativo total do objeto.** A totalidade do serviço deve ser previamente definida no planejamento da licitação, em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 8.666/1993, *verbis*: “**A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.**” Ou seja, tal quantitativo, deve ser mensurado com base as contratações realizadas em exercícios anteriores e o disposto no art. 8º da Lei nº 8.666/1993.

De acordo com a Corte de Contas Federal, serviços frequentemente demandados, ou seja, de natureza contínua, e **necessários ininterruptamente não se coadunam com a utilização do sistema de registro de preços.**

Portanto, há serviços contínuos cuja contratação efetiva-se de forma imediata (a partir da celebração do termo de contrato), com quantitativos certos e determinados (apurados na fase de planejamento da licitação, com base em exercícios anteriores), não havendo parcelamento das entregas (há unidade na execução), frequentemente demandados (rotina na prestação) e necessários **ininterruptamente**, características essas **que não se coadunam**



**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

com a utilização do sistema de registro de preços que foi criado para atender a diversas necessidades da administração no intuito de simplificar os procedimentos para a aquisição de serviços frequentes e diminuir o tempo necessário para a efetivação dessas aquisições.

O disposto no art. 3º, IV, do Decreto 7.892/2013 traduz a impossibilidade de previsão do número de demandas ao fornecedor registrado durante o prazo de validade da ata de registro de preços, e não na indefinição da quantidade total do objeto. A totalidade deve estar devidamente demonstrada no processo licitatório, ou seja, deve ser previamente definida no planejamento da licitação. As demandas, quando efetuadas no prazo de validade da ata, estarão limitadas a essa totalidade, previamente fixada no edital da licitação.

O Tribunal de Contas da União assentou, ainda, o entendimento de que esse dispositivo do Decreto Federal não se aplica a serviços contínuos, porque, nesses objetos, os quantitativos dos serviços devem ser mensurados com antecedência. Assim:

25. *Nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, o sistema de registro de preços é “conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras”. A utilização da ata tem por objetivo permitir sucessivas contratações independentes, a serem formalizadas ao longo do ano com base em quantitativos definidos de acordo com a necessidade da administração.*

26. *Para utilização do sistema de registro de preços no caso de serviços contínuos, os quantitativos dos serviços devem ser mensurados com antecedência. Isso impede o enquadramento de casos dessa natureza à hipótese prevista no inciso IV do art. 3º do Decreto 7.892/2013 (acórdão 1.737/2012 – Plenário). (grifei) (Acórdão nº 1.391/2014 – Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, Processo nº 002.627/2014-0).*

“O sistema de registro de preços foi criado para atender a diversas necessidades da administração no intuito de simplificar os procedimentos para a aquisição de serviços frequentes e diminuir o tempo necessário para a efetivação dessas aquisições, por isso que sua utilização não se harmoniza com as contratações de serviços contínuos cuja necessidade é imediata, os quantitativos são certos e determinados e **a prestação não pode ser interrompida**, sob pena de resultarem comprometidos os objetivos institucionais do órgão ou entidade.” (*Marinês Restelatto Dotti*, Advogada da União).

Assim, mesmo tendo sido negado anteriormente a impugnação, parece que a Administração, em especial a área técnica que deu o embasamento para decisão prolatada pelo Ilustre Pregoeiro, qual seja: **“entende que o Sistema de Registro de Preços está adequado, na medida em que uma das**





**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

condições que motivam o uso do registro de pros (sic?), qual seja, a imprevisibilidade do quantitativo é justamente o que motivou a decisão posta nos autos, tendo em vista precisar com exatidão a quantidade de alimentação parra servir no nosocômio público diariamente, portanto registrar o preço é medida que se coaduna com o interesse público.”

Precisa responder se o serviço a ser contratado é de natureza ininterrupta ou não, e **EM CASO POSITIVO**, deve se declarar que o Registro de Preços é **INADEQUADO** para a contratação que se pretende realizar, simples assim e totalmente demonstrado anteriormente e que independentemente de parecer técnico, desnecessário para tal verificação, pode e deve ser julgado pelo Pregoeiro como inaceitável!

## **DOS REGISTROS NOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Diz o Edital em comento sobre a qualificação técnica:

### **21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

21.2 - Deverá apresentar ATESTADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, **DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO**, de modo a comprovar ter prestado serviços de fornecimento de alimentação em outras unidades de saúde e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios.

Tal registro é irregular, não faltam julgados no sentido, senão vejamos:

Acórdão 7260/2016 - Segunda Câmara | Relator: ANA ARRAES Na aferição da capacidade técnica das pessoas jurídicas, **é irregular a rejeição de atestados de capacidade técnico-operacional que não possuam registro no conselho profissional. A exigência de atestados**



**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

Ou:

Abstenha-se de exigir que os atestados de capacidade técnica tenham sido averbados pelo Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, condicionante que restringe a competitividade do certame e, por isso, contraria o art. 3º Lei nº 8.666/1993. Acórdão 43/2008 Plenário.

Ou ainda:

ACÓRDÃO Nº 1452/2015 – TCU – Plenário  
SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO.  
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.  
EXIGÊNCIA DE AVERBAÇÃO DE EM CONSELHO  
DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA  
DE FUNDAMENTO LEGAL. RESTRIÇÃO AO  
CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.  
INABILITAÇÃO INDEVIDA DE EMPRESA  
PARTICIPANTE. NULIDADE DA LICITAÇÃO E DA  
RESPECTIVA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.  
DETERMINAÇÕES. Constitui restrição indevida  
ao caráter competitivo da licitação a exigência,  
para fins de habilitação da licitante, de averbação  
de atestado de capacidade técnica em entidade  
de fiscalização profissional, SEM QUE A LEI  
ESTABELEÇA MECANISMO PELO QUAL A  
REFERIDA ENTIDADE POSSA MANTER  
REGISTRO SOBRE CADA TRABALHO  
DESEMPENHADO POR SEUS AFILIADOS, DE

**MODO A VERIFICAR A FIDEDIGNIDADE DA  
DECLARAÇÃO PRESTADA POR TERCEIRO.**

As exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico profissional ou técnico operacional, portanto, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais.

No tocante ao registro do atestado de capacidade técnica no conselho profissional competente (CRN), **o diretor DMAC, Saimon Cavalcante de Araújo, sustentou que a Lei Federal n. 8.666/93 não o exige, portanto, não seria lícito fazê-lo, e que a firme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) preleciona que a aludida exigência restringe a competitividade do certame, e, dessarte, contraria o art. 3º da Lei Federal n. 8.666/93, a exemplo do acórdão n. 43/2008-Plenário.**

A jurisprudência do TCU consagra que constitui restrição indevida ao caráter competitivo da licitação a exigência, sob o rótulo de habilitação da licitante, de averbação de atestado de capacidade técnica em entidade de fiscalização profissional, **sem que a lei estabeleça mecanismo pelo qual a referida entidade possa manter registro sobre cada trabalho desempenhado por seus filiados, de modo a verificar a fidedignidade da declaração prestada por terceiro.**

Nesse caminho, o acórdão n. 1.452/2015-Plenário do TCU, no qual se ventilou que na esmagadora maioria das atividades/profissões regulamentadas não existe previsão normativa para o registro no conselho de fiscalização profissional da responsabilidade técnica sobre cada trabalho realizado - é dizer, a fiscalização não contempla controle do acervo de seus filiados -, motivo por que concluiu que, ao se exigir em edital que o conselho profissional autentique o atestado de capacidade técnica emitido por terceiros, cria-se uma forma de prova de fato jurídico não prevista na norma geral contida

no art. 212 do Código Civil nem em lei especial que discipline o funcionamento dessas entidades e o relacionamento com seus associados.

Portanto, para o TCU não há cabimento em subordinar a prova do exercício de um serviço ao registro da declaração no órgão de fiscalização; não há cabimento em exigir que o médico apresente declaração registrada no CRM ou que o advogado traga declaração registrada na OAB, sublinhou o TCU.

Bem de se pontuar também que para o TCU não é cabível a instituição de registro dessa ordem por meio de atos sem cunho legislativo, adotados por parte dos conselhos de fiscalização, porque, **para além de ilegal, o registro seria inútil, uma vez que o conselho não poderia confirmar a veracidade do seu conteúdo; é que para o TCU não teria cabimento estabelecer a obrigatoriedade de um registro que nada pudesse acrescentar ao conteúdo da declaração prestada pelo signatário**, daí por que frisou a peculiaridade da atividade de engenharia, haja vista que o CREA acompanha cada prestação de serviço de engenharia e dispõe de condições de verificar se a declaração corresponde à verdade.

De resto, cumpre apontar que o TCU destacou no acórdão n. 1.452/2015- Plenário que **há vários precedentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no sentido de que as normas que regulamentam o exercício da atividade de nutrição não estabelecem a obrigatoriedade de averbação de toda a atividade desenvolvida pelo profissional e pela pessoa jurídica nos respectivos Conselhos Regionais de Nutrição, cf. TC n. 37374/026/06, rel. Fúlvio Julião Biazzi, DOE de 23.11.2006.**

À vista disso tudo, é de parecer que a ausência de exigência de registro do atestado de capacidade técnica no registro profissional competente não se revelou um erro, uma vez que, a despeito da Resolução n. 520/2012 do Conselho Federal de Nutrição, não existe lei que normatize/condicione tal exigência e o mecanismo pelo qual a referida entidade possa manter registro sobre cada trabalho desempenhado por seus filiados, de modo a verificar a fidedignidade da declaração prestada por terceiro.

Assim, deve se seguir a clássica afirmação de que não se deve prever em edital requisitos que possam comprometer a competitividade do certame.

### **DOS PEDIDOS**

Assim em face aos incontornáveis erros apresentados no Edital em comento, vem requerer o impugnante:

1. A imediata sustação do certame;
2. Seja regularizado o sistema de publicação do Município de Nova Friburgo, para que de acordo com a Lei 10.520/02, sejam realizadas as publicações de acordo com o que determina o art. 4º da Lei 10.520/02, em especial respeitando os incisos, I e V;
3. Seja republicado o Edital, eximindo-se às licitantes a apresentação de atestado de capacidade técnica registrado no Conselho Regional de Nutrição;
4. Seja adequada a forma de contratação, vez que como demonstrado tanto pela jurisprudência como pela doutrina, o formato não se coaduna a serviços de natureza contínua ININTERRUPTA, tal como o de alimentação hospitalar.

O Impugnante se reserva ao direito de, verificadas outras falhas no Edital, trazê-las posteriormente, independentemente do resultado alcançado na presente Impugnação.

Reserva-se, ainda, ao direito insculpido no art. 113 §1º da Lei 8.666/93, que rege a Representação aos Tribunais de Conta, por licitantes ou interessados.





**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

Na certeza do acolhimento de nossas razões, em razão dos fatos e fundamentos apresentados, requer acolhida a presente impugnação.

Termos em que, pede deferimento.

Nova Friburgo, 29 de julho de 2021.

---

EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI – EPP  
CNPJ: 17.953.939/0001 – 73 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA  
KISLEY LOUREIRO DE ARAÚJO - RG 2001001044138 / CPF 052.496.264-24



**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

